

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 15

Rituais e Cerimónias



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1993

O CERIMONIAL DA ENTRADA DOS BISPOS NAS SUAS DIOCESES: UMA ENCENAÇÃO DE PODER (1741-1757)

Introdução

"Na sociedade de corte de Antigo Regime, a precisão no estabelecimento de um cerimonial, o rigor na definição de gestos sujeitos à etiqueta, o cuidado com que o valor em prestígio de cada acto é ponderado, estão na medida da importância vital que se atribui à etiqueta e, de um modo geral, à maneira como as pessoas se tratam umas às outras" (*). Estas sábias palavras de Norbert Elias revelam um dos aspectos mais característicos da sociedade de Antigo Regime, levados ao extremo na sociedade de corte mas que, a nosso ver, a ela se não confinam: a importância atribuída à etiqueta, ao cerimonial, à ritualidade (2).

O estudo destas facetas não é novo, mas de alguma maneira se tem limitado às cerimónias régias e da corte ou ainda à análise da

(*) Bolseiro da Direcção Geral das Comunidades Europeias no Instituto Universitário Europeu de Florença. Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

(1) Cf. Norbert Elias, *A sociedade de corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 76.

(2) Uma discussão acerca do significado de *cerimonial* e *ritual* pode ver-se em Edmund Leach, "Ritual", in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company and Free Press, 1968, vol. 13-14, sobretudo pp. 520-521 e em Valerio Valeri, "Rito", in *Enciclopedia Einaudi*, Torino, Giulio Einaudi, 1981, vol. 12, pp. 237-239. Ambos os artigos constituem um excelente ponto da situação sobre as várias interpretações do significado do rito.

feira (3). Neste contexto merece especial destaque, não só pelo seu ineditismo, como pelas propostas apresentadas e vigor que imprimiu a este tipo de trabalhos, a edição das actas do colóquio sobre as festas do Renascimento onde se reuniu um vastíssimo conjunto de estudos sobre entradas régias, casamentos de príncipes, festas religiosas, celebrações do Carnaval, etc. (4).

Num outro texto pioneiro, que demorou bastante tempo a ser descoberto e considerado pelos historiadores, Norbert Elias analisou magistralmente o funcionamento da sociedade de corte, insistindo na importância da etiqueta, não como um elemento amorfo ou ostentatório, mas antes como uma necessidade e como mecanismo de "representação social" (5).

Mais recentemente muito se tem publicado. Não sendo nossa intenção fazer aqui uma resenha bibliográfica deste campo historiográfico, parece-nos justo realçar, pela sua inovação e profundidade, o trabalho de Francisco Bethencourt sobre as Inquirições modernas, particularmente quando trata o espectáculo e a ritualidade dos autos da fé (6).

No contexto do estudo da cerimonialidade no Antigo Regime, uma das linhas de análise que mais tem sido privilegiada é a da leitura das cerimónias régias como meio para perceber o poder dos monarcas. Tem-se escrito sobre as entradas régias nas cidades, sobre os gestos rituais do quotidiano régio, como o levantar, o deitar, a refeição ou a ida à missa, sobre as cerimónias de coroamento, de exéquias fúnebres e ainda sobre a interpretação do significado e uso dos objectos do poder, como o ceptro e a coroa (7). Em Portugal estas

(3) Seguimos aqui a noção de festa apresentada por Jean Jacquot, considerada como uma manifestação através da qual uma sociedade, ou um grupo social, toma consciência de si e pretende preservar essa consciência. Ver Jean Jacquot (ed.), *Les fêtes de la Renaissance*, Paris, C.N.R.S., 1956-1975, vol. 3, p. 8.

(4) Ver Jean Jacquot (ed.), *ob. cit.*, 3 volumes.

(5) Ver Norbert Elias, *ob. cit.* Recorde-se que a edição original, em alemão, deste texto data de 1969.

(6) Ver Francisco Bethencourt, *Les inquisitions modernes*, Florence, 1992, 2 vols, (policopiado). Este texto constitui a tese de doutoramento apresentada pelo autor no Instituto Universitário Europeu de Florença.

(7) Sobre esta temática que hoje conta com uma vastíssima bibliografia vejam-se, a título exemplificativo: Ralph Giesey, "Modèles de pouvoir dans les rites royaux en France", *AESC*, n.º 3, 1986, pp. 579-599; Lawrence M. Bryant,

questões também têm estado no horizonte de alguns historiadores. Nos últimos anos surgiram textos bastante inovadores estando alguns estudos de fundo actualmente em preparação ⁽⁸⁾.

Apesar do crescente interesse que estas questões têm suscitado, não se tem dado atenção especial às cerimónias ligadas à afirmação do poder episcopal, nomeadamente aos rituais das entradas dos bispos nas dioceses. Este facto toma-se tanto mais estranho quanto o mesmo aspecto tem sido estudado atentamente para o caso das entradas régias. Nem na bibliografia internacional, nem em Portugal se encontram traços desta abordagem.

Em Portugal, naquele que continua a ser o clássico da história da Igreja no nosso país, Fortunato de Almeida refere o fenómeno sem se interessar por ele ⁽⁹⁾. Joaquim Veríssimo Serrão, na sua *História de Portugal*, escreve brevíssimas linhas sobre o assunto ⁽¹⁰⁾. Ana Maria Alves afirma que a partir dos inícios do século XVII os bispos procuraram estabelecer o costume, até aí reservado aos monarcas, de entrar nas suas dioceses a cavalo e sob o pálio, ao mesmo tempo que a Igreja ia instaurando procedimentos que os monarcas tradicionalmente tinham usado para projectar a sua imagem ⁽¹¹⁾. José Manuel

The king and the city in the Parisian royal entry ceremony: politics, ritual and art in the renaissance, Genève, Librairie Droz, 1986 e Jean Jacquot, *ob. cit.*

⁽⁸⁾ Vejam-se: Rui Bebião, *D. João V. Poder e espectáculo*, Coimbra, Livraria Estante Ed., 1987; Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.]; Ana Cristina Bartolomeu d'Araújo, "Morte, memória e piedade barroca", *Revista de História das Ideias*, nº 11, 1989, pp. 129-173; Diogo Ramada Curto, "Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)", in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A memória da nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 201-265; José Mattoso, "A coroação dos primeiros reis de Portugal" in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *ob. cit.*, pp. 187-200. Diogo Ramada Curto prepara actualmente uma tese de doutoramento sobre cerimónias régias.

⁽⁹⁾ Ao elencar os bispos titulares das várias dioceses, o autor refere por vezes esta cerimónia, dizendo apenas a data em que ela aconteceu. Alude ainda, na bibliografia que apresenta relativa à figura de cada bispo, aos textos que noticiam o cerimonial feito, mas não lhes dá, a nosso ver, a devida atenção. Ver, por exemplo, Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto-Lisboa, Liv. Civilização, 1967-71, vol. II, pp. 644, 655 e 659.

⁽¹⁰⁾ Ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1977-86, vol. V, p. 355.

⁽¹¹⁾ Cf. Ana Maria Alves, *ob. cit.*, p. 69.

Tedim no único estudo que conhecemos exclusivamente dedicado a esta temática, seguindo de perto o texto de uma relação da entrada do arcebispo de Braga D. José de Bragança, limita-se a descrever o acto (12). Não andaremos longe da realidade ao resumir deste modo o que até hoje se tem escrito sobre estas cerimónias.

O estudo das entradas dos bispos nas suas dioceses parece-nos merecer alguma atenção tanto mais se tivermos em conta que uma das linhas estratégicas da acção da Igreja de Roma, tal qual foi definida no concílio de Trento, passava pela edificação de um poder episcopal forte, de modo a que o bispo na sua diocese fosse uma autoridade capaz de levar a cabo políticas reformistas eficazes. Esta insistência no reforço e dignidade do poder episcopal encontra-se em vários escritos do tempo. Lucas de Andrade, que em 1671 publicou um tratado intitulado *Acçoens episcopaes tiradas do Pontifical Romano e ceremonial dos bispos*, esboça aí a seguinte ideia. Depois de afirmar que o bispo é a mais alta dignidade e que precede a todos na sua diocese, escreve: "E por tal se lhe dá o melhor lugar e lhe chamam prelado à presidendo porque nos actos publicos e particulares se lhe deve o mais eminente e levantado lugar e mais authorisado que corresponda a sua dignidade e preeminencia, como ensina o sagrado Concilio Tridentino (...) e na mesma sessão se reprehende os bispos que esquecidos de seu estado, deixão diminuir a authoridade que se deve a sua dignidade, com os ministros dos reys e com os senhores e titulos, deixando-se preceder, sendo que elles hao-de preceder a todos (...) porque todas as grandezas e excellendas se encerrão em a dignidade episcopal" (13). Repare-se como não só se manifesta a grandeza do poder episcopal, mas de igual modo a importância da forma como esse poder se deve expressar em todos os gestos públicos em que o prelado participa.

O presente trabalho procura descrever e analisar o significado

(12) Ver José Manuel Tedim, "Entrada triunfal de D. José de Bragança na Sé Primacial de Braga" in *Actas do IX centenario da dedicacão da Sé de Braga, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia, 1990, vol. II, pp. 413-420.*

(13) Cf. Lucas de Andrade, *Acçoens episcopaes tiradas do Pontifical Romano e ceremonial dos bispos com hum breve compendio dos poderes e privilegios dos bispos*, Lisboa, Joam da Costa, 1671, pp. 4-5. Dentro desta linha de ideias de afirmação do poder episcopal, veja-se a opinião de um canonista muito seguido em Portugal: Bartholomeu Ugolini, *Tractatus de officio et potestate episcopi*, Romae, Andream Phaeum, 1617.

destas cerimónias, a partir da análise de um corpo de oito relações de entradas de bispos nas suas dioceses, todas ocorridas nos anos 40 e 50 do século XVIII (14). O período escolhido resulta da grande concentração deste tipo de descrições naquela altura. Este aspecto, se em parte terá sido provocado pelo facto de que, em virtude de conflitos entre a Santa Sé e D. João V, muitas dioceses não tivessem tido bispos titulares durante os anos 20 e 30 do século XVIII, o que fez com que reatadas essas relações muitas tivessem recebido bispos novos. Por outro lado, espelha a importância, ou moda, se quisermos, atribuída a estas cerimónias durante esse tempo, talvez usadas como meio de reafirmar uma presença e um poder que durante largos anos tinha estado ausente (15). Esta escolha força-nos a não usar relatos de entradas anteriores que, contudo, são bastantes similares às que agora aproveitamos e que comprovam uma certa tradição na realização destes actos (16).

O estudo desenvolve-se em dois momentos fundamentais. Primeiro descreveremos a morfologia do rito, isto é, tentaremos reconstituir os elementos básicos e comuns a toda e qualquer entrada. Num segundo tempo ensaiaremos uma incursão sobre a exegese do ritual de entrada, ou seja, procuraremos esboçar leituras interpretativas do significado deste tipo de cerimónias.

Note-se que esta abordagem não pretende incidir sobre todos os rituais ligados à actividade episcopal. Ficam de fora um largo conjunto de acções que merecem um olhar mais cuidado como, por exemplo, os rituais de consagração do bispo, a participação em procissões, os cerimoniais de enterro, as próprias visitas pastorais quando eram efectuadas pela sua pessoa, já para não falar de todos os aspectos ligados de forma estrita à história dos rituais litúrgicos que implicavam a participação episcopal (17).

(14) Ver lista das relações usadas apresentada no fim do texto.

(15) A título exemplificativo recorde-se que a diocese de Coimbra esteve sem bispo entre 1717, data da morte de D. António de Vasconcelos e Sousa e 1741, altura em que D. Miguel da Anunciação assume as suas funções. Estes longos períodos de sede episcopal vacante são de igual modo detectáveis em muitas outras dioceses do reino.

(16) Veja-se, por exemplo, a detalhadíssima *Relação do recebimento e festas que se fizerão na Augusta cidade de Braga à entrada do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo e senhor dela, primaz das Hespanhas. Braga, Fructuoso Lourenço de Basto, 1627.*

(17) Sobre as cerimónias de consagração, veja-se o precioso ponto da

Morfologia do rito

Lendo-se o *Cerimoniale episcoporum* de Clemente VIII, um tratado sobre cerimónias episcopais como o do já citado Lucas de Andrade e um conjunto de descrições de diversas entradas de bispos nas suas dioceses durante o século XVIII, fica-se com a sensação de que nestas entradas há uma grande uniformidade de procedimentos, por trás da aparente diversidade dos pormenores referidos em cada uma delas em particular ⁽¹⁸⁾. Esta impressão não é algo de apenas sensorial. Ela funda-se no próprio facto de existirem manuais que regulavam este procedimento, como o *Cerimoniale episcoporum*, o que tendia a que estas cerimónias seguissem determinadas etapas claramente estabelecidas. Esta ideia confirma-se ainda na leitura das várias relações de entradas, onde é comum aparecerem expressões como "e finalizadas aquellas ceremonias que ordena o Ceremonial dos Bispos (...)" dando a entender que o cerimonial de Clemente VIII e Inocêncio VII, era cumprido ⁽¹⁹⁾. Assim, parece-nos importante tentar enunciar quais serão os momentos chave da cerimónia da entrada do prelado, aquilo que designamos por morfologia do rito ⁽²⁰⁾.

Em Portugal os bispos eram escolhidos pelo monarca apesar

situação apresentado em André Chapeau, "Les ordinations épiscopales dans L'Église Catholique du XVI siècle à nos jours", *Revue d'Histoire de l'Église de France*, nº LXXVI, 1990, pp. 73-84.

⁽¹⁸⁾ Seguiremos de muito perto Lucas de Andrade, *ob. cit.*, capítulo XIV e o *Ceremoniale episcoporum Clementis papae VIII et Innocentis X*, Romae, Michaelis Angeli e Petri Vincenti, 1713, sobretudo o capítulo II. Sobre a acção reformadora de Clemente VIII, na qual se inscreve a publicação deste cerimonial, veja-se o clássico Ludovico von Pastor, *Storia dei papi*, Roma, Desclé & C.^a Ed. Pontifici, 1925-34, vol. XI, pp. 484-85. Sobre o conteúdo e sucessivas alterações que o *Cerimonial* foi sofrendo, nos pontificados de Inocêncio X (1650), Bento XIII (1727) e Bento XIV (1741), veja-se J. Baudot, "Cérémonial", in Fernand Cabrol (ed.), *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, Paris, Letouzey et Ané, 1910, tomo 2,2- parte, cols. 3296-3297.

⁽¹⁹⁾ Cf. *Relação da viagem e entrada que fez o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa sagrado bispo de Malaca e terceiro bispo do Grão Pará para esta sua diocese*, Lisboa, Manuel Soares, 1749, p. 7.

⁽²⁰⁾ Em relação ao estudo das entradas régias portuguesas Ana Maria Alves, *ob. cit.*, p. 8, alertou igualmente para o facto de que se tende muitas vezes a insistir numa análise pormenorizada de cada entrada régia em particular, perdendo-se de vista uma organização comum destes cerimoniais que perdura por largos séculos.

de algumas questões levantadas a propósito da fórmula da sua nomeação, questões essas definitivamente resolvidas apenas em 1740 ⁽²¹⁾. Deixando de lado um vasto conjunto de medidas, que sendo o bispo eleito se deviam de imediato executar, como a verificação das suas qualidades e do estado da diocese ⁽²²⁾, o aumento da coroa da cabeça do bispo, a preparação das vestes e instrumentos da função de bispo, a consagração episcopal, etc., de que aqui não trataremos, e executadas todas elas, a primeira coisa que o novo bispo devia fazer era tomar posse da sua igreja o mais depressa possível ⁽²³⁾. Era ao executar este acto que o bispo fazia a sua entrada na diocese.

Para que a entrada se fizesse com a devida solenidade deviam-se expedir avisos a anunciar a chegada do bispo. Os destinatários desses avisos eram o cabido e o vigário geral, portanto as autoridades eclesiásticas, a administração municipal e o governador, ou a figura militar mais proeminente do lugar ⁽²⁴⁾.

Os destinatários dos avisos deixam supor quem eram as entidades que tinham que efectuar os preparativos da recepção. Na verdade, vemos que não cabia apenas aos membros do clero o acto de receber o seu novo prelado. A vereação e as "forças militares" também estavam envolvidas no processo. Na relação da entrada de D. Diogo Marques Mourato na sua diocese de Miranda do Douro, em 1742, descrevem-se cuidadosamente os preparativos feitos pelo cabido para a edificação de um palanque disposto à entrada da porta

⁽²¹⁾ Sobre os problemas ligados à forma da apresentação episcopal ver Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ob. cit., vol. II, pp. 47-50. Infelizmente pouco se sabe de como a coroa administrava as nomeações episcopais entre nós. Para Espanha veja-se o excelente trabalho de H. E. Rawlings, "The secularisation of Castilian episcopal office under the Habsburgs, c. 1516-1700", *Journal of Ecclesiastical History*, n^o 38, fase. 1, 1987, pp. 53-79.

P) Estes exames são uma fonte muito útil dando indicações preciosas acerca do estado da diocese e da biografia dos bispos. Em relação aos bispos de que falaremos e a título exemplificativo vejam-se: Arquivo Secreto do Vaticano, *Processus Consistoriales*, vol. 126, fis. 24-36 (processo relativo a D. José de Bragança, arcebispo de Braga), *Processus Consistoriales*, vol. 126, fis. 428-436 (processo relativo a Inácio de Santa Teresa, bispo do Algarve), *Processus Consistoriales*, vol. 126, fis. 322-337 (processo repleto de pormenores relativo a Diogo Marques Mourato, bispo de Miranda).

⁽²³⁾ Cf. Lucas de Andrade, ob. cit., p. 74.

⁽²⁴⁾ Cf. Lucas de Andrade, ob. cit., p. 76.

da cidade e conta-se como o chantre do cabido e dois vereadores da câmara foram recebidos pelo bispo, para com ele acertar detalhes da cerimónia (25). Quando da entrada de D. Lourenço de Santa Maria e Melo (o seu nome religioso era Inácio de Santa Teresa) em Faro, em 1753, o senado da câmara foi ter com ele fora de portas, pedindo-lhe que adiasse a sua entrada pois ainda não havia concluído os preparativos para o seu recebimento (26).

Em suma, pretendia-se que a cerimónia pudesse ser devidamente preparada para ter a dignidade devida e para isso ela devia ser organizada com o máximo cuidado. Ao relatar a cerimónia de entrada do bispo de Miranda do Douro na sua diocese, o narrador escreve a dado momento: "Às horas competentes e determinadas o bispo saiu do palácio...", deixando escapar o sentido de ordem e organização destes actos, o que igualmente se colhe nas alusões feitas à existência de um mestre de cerimónias (27).

O bispo devia ainda cuidar da sua imagem. A enunciação das vestes e objectos de poder que o prelado devia transportar consigo bem como os cuidados postos na ornamentação do seu cavalo são dados a reter.

Feitos os preparativos, vejamos de imediato quais os momentos mais significativos das entradas episcopais.

O cerimonial da entrada principiava não no momento em que o bispo chegava à sua diocese, mas no ponto em que começava o trajecto em direcção aos seus territórios. Os relatores das entradas, de facto, impressionam-se com esse aspecto e destacam normalmente o aparato da comitiva e as peripécias da jornada. Assim, por exemplo, no texto que descreve a entrada de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa na diocese do Grão Pará, no ano de 1749, gasta-se mais de metade do seu conteúdo a mostrar os escolhos da viagem marítima entre Portugal e o Brasil (28). Por seu lado, ao ler-se a relação da

(25) Ver *Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda fez o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Diogo Marques Mourato (...)*, Porto, Prototypa Episcopal, 1742, p. 3.

(26) Ver J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo ex-arcebispo primaz de Goa, bispo de todo o reyno do Algarve (...)*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1753, p. 10.

(27) Cf. *Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda (...)*, *ob. cit.*, p. 4.

(28) Ver *Relação da viagem e entrada que fez o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa...*, *ob. cit.*, pp. 1-4.

entrada de D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora, bispo do Porto a partir de Maio de 1743, fica-se a saber como ele partiu de Lisboa para a sua diocese, a forma grandiosa como foi recebido à sua passagem pela diocese de Coimbra, os pormenores da sua ilustre comitiva e a quantidade de riquezas que consigo transportava (29).

Mal acabavam de entrar nos territórios da diocese, começavam os prelados a ser agraciados com manifestações de boas vindas por parte das populações, que acorriam aos caminhos a ver passar tão ilustres comitivas e a saudar o novo bispo. Mas o cerne do cerimonial principiava apenas um pouco antes da chegada dos bispos à porta das cidades sedes episcopais. Em sinal de respeito e submissão, os representantes dos vários corpos da cidade deviam ir esperar o bispo fora de portas. Lucas de Andrade põe muito desvelo na passagem em que o afirma, ao mesmo tempo que mostra o carácter não espontâneo da recepção: "Chegado o dia e a hora assinada pelo bispo, o cabido com todo o clero e magistrados, irão até a porta da cidade por donde ouver de entrar, e ali parará o clero e cabido, a Camara, nobreza e povo sairão fora da cidade ao encontro do bispo, espaço considerável de caminho" (30). Na entrada do bispo do Algarve, em 1753, "dous fidalgos dos principais", o ouvidor de Faro com as ordenanças, o juiz de fora de Portimão e o reitor do colégio da Companhia de Jesus, foram-no esperar ao Alvor, que dista cerca de 80 Km de Faro, enquanto o cabido mandou representantes seus apenas até Portimão (31). Na mesma descrição relata-se como o governador de Faro mandou as suas tropas formarem defronte de uma quinta, onde o bispo se hospedara pouco antes de chegar à cidade e como depois essas tropas, umas a pé e outras a cavalo, escoltaram o cortejo que saiu em direcção a Faro.

Para receberem o seu arcebispo em 1759, alguns "cavalheiros" de Braga, cónegos, elementos das ordens religiosas, representantes das justiças eclesiástica e secular, foram-no esperar a Coimbra, outros ao Porto e um terceiro grupo a Famalicão (32). Infelizmente a relação

(29) Ver *Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743, o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora (...)*, Porto, Oficina Prototypa, 1743, pp. 1-4.

30) Cf. Lucas de Andrade, *ob. cit.*, p. 77.

(31) Ver J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo (...)*, *ob. cit.*, pp. 7-8.

(32) Cf. *Noticia da magnifica entrada que o Serenissimo Senhor D. Gaspar,*

não individua quais as figuras que vão a cada um destes locais. Note-se que Coimbra dista cerca de 180 Km de Braga. Ao entrar na cidade do Porto, D. José Maria da Fonseca e Évora era seguido por um cortejo onde iam encorporadas "mais de quinhentas pessoas, além de sua equipagem e criados" (33).

Acompanhado, portanto, já de muitos dos principais do lugar, que por vezes se faziam deslocar com os adereços da sua ostentação, levando os seus criados e transportando-se com pompa, por vezes com escolta militar, como se de um guerreiro se tratasse, o bispo aproxima-se das portas da cidade. Na entrada de D. José de Bragança na arquidiocese de Braga, a magnificência e brilho do acompanhamento eram assim relatados: "Tanto que chegou o Domingo pella manhã logo começaram a correr carruagens de toda a nobreza de província (...) e todas as justiças, religioens, ministros assim seculares, como eclesiásticos, todos em liteiras com famosos cavallos à destra e galharda ostentação de lacayos, tão luzidos em tudo, que só pelo lugar que ocupavão se distinguiam dos seus amos" (34). Por sua vez, seu sobrinho e sucessor D. Gaspar de Bragança, impressiona pelas riquezas que o acompanham com especial destaque para a quantidade de cavalos e criadagem pessoal: "No dito dia sahio Sua Alteza a cavallo em huma mula branca, da quinta em que estava, seguido de seis cavallos à destra com telizes de veludo verde, com armas reais bordadas de fio de ouro; mais seis cavalos com telizes lisos e agaloados, seis machos de carga cobertos com reposteiros, quatro carroças, dois coches, mais hum coche rico, os officiaes da Casa, capellaens, e mais criados de foro de Sua Alteza acompanhavam ao dito Senhor vestidos ricamente e todos os criados de libré as levavão novas" (35).

Com toda esta comitiva e um pouco antes dos portais citadinos, numa ermida se a houvesse, ou então num local para isso preparado,

arcebispo primaz das Hespanhas, deo na cidade de Braga no dia vinte e oito de Outubro do prezente anno. E se refere também as grandes festas que alli se fizeram com este motivo, Lisboa, Francisco Borges de Sousa, 1759, p. 4.

(33) Cf. *Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743 ob. cit., p. 4.*

(M) Cf. *Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança arcebispo Primaz fez na cidade de Braga aos 23 de Julho de 1741, [s.l.], [s.n.], [s.d.], p. i.*

(35) Cf. *Noticia da magnifica entrada que o Serenissimo Senhor D. Gaspar (...), ob. cit., pp. 5-6.*

o bispo devia mudar os trajes de viagem e compor-se de forma mais solene, trocando a capa de caminho pela capa pontifical e pondo o chapéu pontifical de cordões.

Chegado às portas da cidade, onde era esperado pelo clero local e por outros seculares de prestígio, o bispo desmontava do seu cavalo, ajoelhava-se numa alcatifa para o efeito preparada, e com devoção devia beijar a cruz que o mais elevado membro do cabido, revestido com capa de asperges, lhe devia apresentar. Por vezes, um membro do cabido e/ou do senado da Câmara proferiam breves palavras de boas-vindas a que o bispo rapidamente respondia. Aí devia de novo mudar o vestuário, preparando-se finalmente para o grande momento. Devia colocar o amito, alva, cingulo, estola e capa de asperges branca, meter a sua cruz peitoral, o anel e a mitra preciosa e, assim posto, estava pronto. Recorde-se que um bispo devia ter três mitras diferentes para diversas ocasiões, sendo a preciosa a mais rica e solene. Neste momento o próprio cavalo em que o prelado se deslocava mudava de aparência. Até aqui vinha com gualdrapa e adereços guarnecidos de verde, agora mudava-se para branco. O local onde o bispo de Miranda se ajoelhou para beijar a cruz e mudar de trajes e onde se proferiram algumas palavras de boas vindas, foi primorosamente preparado pelo cabido, e dá-nos uma bela imagem da riqueza das ornamentações: "(...) fora da primeira porta dos muros mandou o reverendo cabido armar huma tarima guarnecida e toldada de sedas de varias cores e primorosamente alcatifada; no topo delia estava hum formoso docel armado e huma rica cadeira de veludo com guarnições de ouro; sobre degraos, abaixo delles, aos lados, estavam dous assentos razos para os dous conegos assistentes e de huma e outra parte havia assentos de Moscovia com espaldas para os reverendos capitulares e no fim delles, junto aos degraos (...) estavam duas credenciais de huma e outra parte, huma em que puzerão os pontificaes e outra em que estava o pluvial para a mitra e a cruz (...); e abaixo dos mesmos degraos huma alcatifa para Sua Excellenda se aprear e huma almofada para ajoelhar quando osculasse a cruz" ⁽³⁶⁾.

O cuidado posto em todos estes pormenores é evidente nos

⁽³⁶⁾ Cf. *Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda(...)*, ob. cit., pp. 3-4. Veja-se igualmente a descrição da tarima preparada para receber o bispo do Porto em 1743, muito mais rica que esta, mas que aqui não transcrevemos dada a sua extensão, *Relaçam da solemne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743(...)*, ob. cit., pp. 7-9.

manuais, é notado pelos relatores das entradas e decerto impressionava os assistentes. O *Cerimonial dos bispos*, com a intenção de tornar tudo mais vivo, chega ao ponto de usar imagens para clarificar todos estes aspectos. As figuras 1 e 2 que aqui reproduzimos, mostram os dois momentos de que acabámos de falar ⁽³⁷⁾. Na primeira, vê-se o bispo com a capa pontifical e chapéu, com uma comitiva onde, pelos trajés, se notam figuras de prestígio ainda no caminho para a cidade. Depois, após ter chegado às portas da cidade, dirige-se em procissão em direcção à Sé catedral, a cavalo e debaixo de pálio, com a sua mitra, notando-se ainda na representação a estola. Repare-se ainda no pormenor de que diante do bispo vai uma cruz que devia ser transportada pelo deão do cabido e que o bispo havia previamente beijado, como ficou dito.

Revestido com as suas insígnias, montado no seu cavalo, debaixo do pálio e com todo o acompanhamento, cabido, ordens religiosas, membros do clero secular, elementos da administração municipal, representantes do poder militar e judicial locais e figuras da nobreza, todos ostentando os signos das suas funções, o cortejo dirige-se em procissão até à porta da Sé catedral, onde se desenrolarão os cerimoniais seguintes. Os espaços por onde o cortejo desfilava estavam engalanados. O chão das ruas alcatifado com juncos e ramos de árvores, as janelas das casas floridas ou, as mais ricas, com tapeçarias e cortinados. Em algumas das entradas arcos de triunfo especialmente erigidos para o acto, deixavam-se transpor pela procissão. Os sinos da Sé repicavam, ouviam-se cânticos entre-cortados pelo estrondo de salvas de artilharia, o povo fazia alas ao desfile e ajoelhava à passagem do seu pastor e o bispo, magnânimo, ia lançando bênçãos.

Na descrição dos espaços sobressai o relevo dado aos arcos do triunfo e o asseio das ruas contrastado por vezes com a pobreza dos seus moradores. Na entrada do bispo do Rio de Janeiro, em 1747, a procissão passou por oito arcos, e 8 das 20 páginas da relação são gastas a descrevê-los, o que mostra, sem dúvida, a impressão que causavam e o prestígio que davam à cerimónia ⁽³⁸⁾. Socorramo-nos do

⁽³⁷⁾ As imagens aqui apresentadas foram extraídas do *Ceremoniale episcoporum (...)*, *ob. cit.*, pp. 4 e 6 respectivamente.

⁽³⁸⁾ Ver Luís Antonio Rosado da Cunha, *Relação da entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente anno de 1747 (...)*, Rio de Janeiro, António Isidoro da Fonseca, 1747.



Figura nº 1



Figura nº 2

que diz o narrador da entrada de D. Lourenço de Santa Maria e Meló, para a qual se criaram três arcos, para percebermos com mais nitidez o cenário que criavam: "Levantaram-se trez arcos triumphaes de elegante, e primorosa architectura. O primeiro formava huma nova porta a cidade, junto a igreja de Santo Antonio dos Capuchos ao qual serviam de remates trez tarjoens, com duas faces cada hum; na que olhava para a parte exterior expunha o escudo das armas gentilicias de Sua Excellenda, a da parte exterior o da cidade. O segundo, que formava trez porticos, se erigiu na entrada da praça da cidade, e não so era nobre a sua construição, mas o seu ornato, porque estava custosamente guarnecido com festoens de seda e ouro, de que pendiam varias tarjas com divisas e emblemas e adornado de nobres placas de formas diferentes. O terceiro se colocou na sahida da mesma praça e foi fabricado com muyto aceyo e curiosidade, por conta e disposição dos habitantes empregados na marinha" (39).

Nestes cortejos de acompanhamento do bispo até à Sé Catedral havia uma ordem, uma etiqueta a respeitar. Essas formalidades são descritas no *Cerimonial dos bispos* e a julgar pelos relatos das entrada, eram cumpridas. Nas narrativas do sucedido insiste-se na ideia de que tudo se tinha passado conforme o prescrito no *Cerimonial*.

No relato da cerimónia da entrada do bispo do Porto, em 1743, detecta-se com enorme clareza a importância atribuída à ordem do cortejo. Ao contrário das várias fases da cerimónia, esta parte, em vez de ser descrita narrativamente é apresentada através de uma lista numerada onde se elencam os vários elementos integrantes do cortejo. A lista consta de 54 pontos pelo que nos escusamos de a apresentar (40).

Quando este magnífico cortejo, que por vezes durava duas ou três horas, finalmente alcançava a porta da igreja catedral, começava um outro núcleo fundamental dos cerimoniais. Note-se que os gestos que seguidamente se descrevem constituíam um dos momentos mais rigidamente codificados de toda esta encenação (41).

(39) Cf. J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentíssimo e Reverendissimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo (...), ob. cit., p. 10.*

(40) Cf. *Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743(...), ob. cit., pp. 19-22.*

(41) Seguimos aqui de muito perto o texto de Lucas de Andrade, *ob. cit., pp. 79-82.*

O bispo devia desmontar do seu cavalo numa alcatifa colocada à porta da Sé e aí receber um hissope das mãos do elemento mais digno do cabido que, entretanto, devia beijar o hissope e a mão do prelado. Com o hissope e sem tirar a mitra, o bispo lançava água benta primeiro sobre si e depois sobre o membro do cabido que lhe havia dado o hissope, aspergindo seguidamente todos os capitulares observando a ordem da sua importância. De seguida o bispo recebe do mesmo membro do cabido e de um seu acólito o turíbulo e a naveta. Deve então incensar-se três vezes, benzer o turíbulo e devolvê-lo ao deão ou capitular mais digno para que este, então, encense o bispo. Terminado este ritual, que se passava à porta da igreja e consequentemente, aos olhos de todos, o bispo encabeça um cortejo em direcção ao altar, no interior da igreja, que por certo não era composto por toda a multidão que até à Sé o tinha acompanhado, tratando-se por isso de uma cerimónia mais reservada.

Chegados ao altar do santíssimo sacramento "(...) aonde estara aparelhado hum genuflexório sobre huma alcatifa com seu coxim, ali se afastara o pallio e o bispo tirara a mitra e se ajoelhara diante do Santissimo Sacramento e fara oração e levantando se em pe, fara reverencia ao Senhor, tomando se a ajoelhar, então tomara a tomar a mitra e ira ao altar mor aonde no plano ante o ultimo degrao lhe tirarão a mitra e fara huma profunda reverencia a cruz que esta no altar e ajoelhando no sitial que ali estara preparado fara oração" (42). Palavras de Lucas de Andrade que transcrevemos para não perdermos o preciosismo dos gestos, bem como os espaços e tempos em que deviam ser rigorosamente executados.

Dita a oração um membro do cabido volta a colocar a mitra na cabeça do bispo e este vai-se sentar na cadeira pontifical recebendo aí o beija mão dos membros do cabido, que o deviam fazer pela ordem das suas dignidades, cerimónia esta que se desenrolava enquanto se cantavam alguns salmos ou ao som do órgão. Depois, o bispo levanta-se, dirige-se para o altar, onde no último degrau lhe tiravam, mais uma vez, a mitra e aí reverenciará a cruz e cantará a antífona do santo titular da igreja ou do padroeiro da cidade. Posteriormente, irá até meio do altar já com a mitra, que lhe devia ser colocada do lado

(42) Cf. Lucas de Andrade, *ob. cit.*, p. 80.

da epístola, dará a bênção solene a todos os presentes e tomará o báculo na mão esquerda enquanto profere algumas orações.

Por fim, no tocante aos rituais no interior da igreja, dirige-se de novo para a cadeira pontifical onde substituirá os ornamentos pontificais que tinha vestidos pela capa pontifícia e barrete e assim vestido se devia dirigir para o paço episcopal, acompanhado pelos capitulares vestidos com suas sobrepelizes e mursas. Neste novo cortejo em direcção à sua morada episcopal devia aceitar o acompanhamento de outras dignidades da terra, que não os capitulares, que o quisessem dessa forma agraciar.

Recolhido no paço, o bispo desaparece do palco das cerimónias, mas os efeitos da sua presença e chegada continuam a fazer-se sentir durante alguns dias. Não só porque o acontecimento permanecia na memória de todos os que a ele assistiram e continuava por isso a ser, decerto, motivo das coloquiais conversações entre os habitantes, mas também porque havia festejos comemorativos da chegada episcopal. Na noite da entrada e nas duas seguintes as cidades mantinham-se em festa. Esta era composta na generalidade pela iluminação desusada das ruas, para o que se colocavam luminárias em todas as torres das cidades, pelo tanger dos sinos das igrejas, pelos espectáculos de fogo de artifício e ainda pela distribuição aos mais necessitados de esmolas, quer sob a forma de dinheiro quer de alimentos, esmolas essas que tinham a marca da caridade episcopal. Todos estes elementos conjugados tomavam os festejos dias inesquecíveis. Ouçamos o entusiasmo com que são descritos os realizados no Algarve, em altura já referida: "Os generosos coraçoes do cabido e dos cidadãos de Faro, ainda nam satisfeitos com tantas demonstraçoens de aplauso e pomposa recepçam do seu prelado, quizeram também, que as sombras da noite nam interrompessem o grande contentamento daquelle dia". Referem-se seguidamente os organizadores dos fogos de artifício e continua-se desta forma: "Levantaram-se por sua ordem no terreiro da mesma Sé varias maquinas de madeira, para por ellas se disporem os artefactos de fogo, o que se fez com uma nobilissima idea, porque ao mesmo tempo que iluminava a praça, toda a atmosfera se via povoada de luminozos e brilhantes astros. Concorreram todos os particulares, ajuntou-se huma multidam inumerável de povo a ver estas novas e deleitáveis investivas, e nas tres noites em que se repetiu este festejo, sempre tiveram novidade em que divertir a vista e materia em que discorrer o entendimento, porque em cada huma havia novas e diferentes invençoens e artificios estranhos e tudo era admiravel. A praça parecia huma zarça que ardia e nam se queimava; no ar se

observava hum chuvaire de fogo que encobriendo com seu luzimento, o brilhante das estrelas nam ofendia a Terra" (43).

Estes festejos tinham por vezes um carácter mais privado e formas bastante distintas sendo uns de carácter mais cultural, outros de pendor religioso, outros de feição gastronómica.

Antes ainda da entrada oficial do bispo do Rio de Janeiro na sua catedral, representou-se na cidade uma ópera intitulada "Filinto Exaltado" que estava integrada no ciclo de festejos da entrada episcopal (44). No Pará, dez dias depois da entrada, o bispo mandou celebrar um triduo no Colégio de Santo Alexandre onde pessoalmente deu a comunhão, pregou e distribuiu relíquias (45). Em Braga, nos três dias de festa que se seguiram à entrada de D. Gaspar, realizaram-se sempre "outeiros", no Colégio da Companhia de Jesus, onde se faziam concursos de poesia (46). Os festejos da entrada de D. José de Bragança, para além do costumeiro fogo de artifício que durou 4 noites, teve desfiles de cavaleiros em garbosos cavalos, concursos de destreza e manejo de armas a cavalo e terminou com uma "academia" feita na sala do palácio episcopal pelo mestre de retórica da Companhia de Jesus (47). Estando na quinta onde pousou na viagem em direcção a Faro, o bispo do Algarve convidou dois membros do cabido que o foram receber, a cearem com ele tratando-os "(...) espléndidamente, nam só com grandeza, mas com profusam" (48).

A dissecação da morfologia dos ritos de entrada que se acaba de executar sugere que estes tinham seis fases, ou tempos, ou estruturas fundamentais que resumiremos do seguinte modo. Em

(43) Cf. J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo (...)*, ob. cit., pp. 14-15.

(44) Ver Luís Antonio Rosado da Cunha, *Relação da entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro*, ob. cit..

(45) Cf. *Relação da viagem e entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa*, ob. cit., pp. 7-8.

(46) Cf. *Noticia da magnifica entrada que o Serenissimo Senhor D. Gaspar(...)*, ob. cit., p. 6.

(47) Cf. *Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança(...)*, ob. cit., pp. 6-19.

(48) Cf. J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo (...)*, ob. cit., p. 9.

primeiro lugar, os momentos que antecediavam a chegada do bispo à Sé, isto é, os relatos das viagens e das comitivas. Em segundo lugar, os actos de recepção do bispo por parte dos vários corpos da cidade ainda fora de portas. Terceiro, o do encontro desta já numerosa comitiva com todos os que a aguardam à porta da cidade, local onde o bispo muda de trajes, beija a cruz e onde, eventualmente, pela boca de representantes do cabido ou da governança municipal, são proferidas algumas adornadas palavras de boas vindas e júbilo. Depois sucedia um dos momentos aúreos da entrada que era a procissão que se desenrolava da porta da cidade até à Sé Catedral. A etapa seguinte, sem dúvida a mais ritualizada, religiosa, privada, desenvolvia-se como vimos na Sé e terminava com o ingresso do bispo no paço episcopal. Por último, o conjunto variado de festejos que assinalavam o acontecimento.

Exegese do rito

Expostos os elementos estruturais das entradas dos prelados nas suas dioceses preocupa-nos agora ensaiar possíveis leituras do seu significado. Cremos que os estudos deste tipo de manifestações merecem que se passe de análises simplesmente descritivas, sem dúvida reveladoras de dados empíricos fundamentais, a entendimentos da problemática e significado do heterogéneo conjunto de gestos, linguagens e signos que as compunham ⁽⁴⁹⁾.

Começemos pelos tempos escolhidos para a realização das entradas. Já referimos que só o cortejo que percorria as ruas da cidade, desde a sua porta até à igreja catedral, demorava por vezes cerca de três horas e que os festejos do ciclo da cerimónia se prolongavam normalmente por três dias. Importa agora acrescentar outros dois elementos. Por um lado, que estas cerimónias se realizavam tanto de manhã como de tarde. Pensando nós que isso se prenderia com o aproveitamento das condições meteorológicas mais favoráveis. Por isso no Pará, em pleno Verão brasileiro, executou-se a entrada às sete da manhã evitando-se os rigores do calor ⁽⁵⁰⁾.

(49) Este tipo de preocupações foi já um dos caminhos propostos por Jean Jacquot em relação ao estudo das festas, *ob. cit.*, vol. III, p. 8.

⁽⁵⁰⁾ Cf. *Relação da viagem e entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa, ob. cit.*, p. 7.

Por outro lado, e este aspecto merece ser destacado, a maioria das entradas de que aqui nos servimos foram feitas num Domingo, à excepção da entrada do bispo do Pará, efectuado num sábado e da do bispo de Faro realizada sábado, 8 de Dezembro, por ser o dia da Imaculada Conceição. Estas escolhas, e de facto tratava-se de escolhas e não de qualquer acaso, podem ser vistas como o uso de um tempo já normalmente de festa que se coloca ao serviço da cerimónia, aproveitando o ambiente generalizado de festa ⁽⁵¹⁾.

Os espaços onde as cerimónias decorriam também fornecem alguns elementos para reflexão.

Repare-se que nenhum dos bispos se faz passar, ao longo do trajecto da sua entrada, em espaços ou edifícios que não sejam dos seus domínios. Vemo-los à porta da cidade, que de algum modo também é um espaço seu, na medida em que marca os limites da sede dos territórios da sua jurisdição e depois num cortejo até à Sé, de certa forma o centro do poder diocesano e finalmente, dirigindo-se para a sua residência.

Os relatos das entradas que compulsámos nunca esclarecem quais os locais que a procissão percorria entre a porta da urbe e a Sé. Penso ser lícito daí deduzir que o trajecto escolhido não tinha como etapas nenhum dos locais do poder régio, concelhio, judicial, militar, ou mesmo religioso que não fosse território estritamente episcopal, onde se pretendesse reverenciar ou prestar homenagem a qualquer um dos referidos poderes. Se essa intenção existisse decerto os descritores das cerimónias a refeririam nos seus relatos. Não quero com isto dizer que eventualmente as comitivas não passassem diante de um ou outro espaço do poder urbano, régio, ou qualquer outro. No entanto, quando isso sucedia era resultado puro e simples da casual geografia urbana de cada cidade que forçava qualquer um que se deslocasse da porta principal até à Sé a por aí ter que passar. A única excepção a este panorama eram os locais onde se desenrolavam os festejos de lançamento de fogo de artifício que, habitualmente, tinham por palco a praça principal de cada localidade. Mas esta parte do cerimonial sucedia já após o bispo se ter recolhido ao seu domicílio.

⁽⁵¹⁾ Diz Jean Jacquot que as festas ligadas a um acontecimento usavam normalmente como ponto de apoio, tanto para a sua organização, como para os meios de realização, as festas tradicionais. Neste contexto refere o exemplo das cerimónias de casamento régio que se faziam realizar em períodos como Maio, no Carnaval, ou no S. João. Ver, *ob. cit.*, pp. 10-11

Em suma nestas entradas o bispo e o poder episcopal pautam todo o cerimonial e a escolha dos espaços do ritual não era por certo ingénua antes tentava mostrar o carácter amplo do poder do bispo na sua diocese, que como dizia Lucas de Andrade, era a mais alta dignidade que precedia a todos na sua diocese ⁽⁵²⁾.

Um outro aspecto a considerar nesta análise dos espaços do cerimonial, tem a ver com o diferente enfoque dado ao acontecimento por parte dos manuais que regulavam estes actos e das relações impressas dos mesmos. Os primeiros conferem detalhada atenção às cerimónias realizadas na Sé, espaço do sagrado por excelência, onde se efectuavam os gestos de carácter mais religioso. As segundas digamos que estão mais preocupadas com a dimensão mundana do acontecimento. Expandem-se em detalhes ao analisar todos os momentos do cerimonial e são por vezes de enorme laconismo ao descrever o que se passava à porta e no interior do templo sagrado. O exemplo máximo desta brevidade é dado na relação da entrada do bispo do Pará, onde se diz a respeito desta parte do acto: "(...) chegou à cathedral (refere-se ao bispo), aonde, com excellenda e primor se executarão todas as acçoens que se observam nestes solemnes dias" ⁽⁵³⁾.

Os rituais de entrada episcopal eram uma forma de manifestação do poder do bispo e da sua diferença de estatuto em relação a todos os outros poderes e indivíduos da diocese. De facto acreditamos que estas cerimónias, como qualquer cerimónia ritual, não servem apenas para executar determinados actos que estão previamente determinados, mas têm também uma função comunicativa, isto é, pretendem transmitir uma mensagem ⁽⁵⁴⁾. Neste caso a mensagem parece-nos ser indiscutível. Afirma-se que a partir daquele momento um determinado indivíduo assume de facto as suas funções de bispo, ao mesmo tempo que se mostra a amplitude do poder episcopal, através da magnificência e dos lugares que o bispo ocupa na cerimónia, por comparação com os papéis subalternos e de submissão que todos os outros figurantes nela desempenham em relação a ele.

De facto, vimos como os vários corpos da cidade enviam re-

⁽⁵²⁾ Cf. Lucas de Andrade, *ob. cit.*, p. 4.

⁽⁵³⁾ Cf. *Relação da viagem e entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa, ob. cit.*, p. 7.

^(M) Sobre a noção de rito como uma forma de comunicação, ver Edmund Leach, *ob. cit.*, pp. 523-24.

presentantes seus fora dos muros da cidade a receber o bispo, numa manifestação clara da sua subordinação. A distância percorrida pelos naturais até ao ponto onde iam receber o bispo era de alguma forma proporcional ao respeito e submissão que procuravam mostrar. Daí que Lucas de Andrade se preocupasse em que o clero, como grupo de mais prestígio, ou para criar a ilusão de o ser, ficasse à porta da cidade, se bem que do lado de fora, como se lê nas descrições das entradas, enquanto a nobreza, povo e oficiais laicos do lugar se deviam deslocar "espaço considerável de caminho" (55). Vimos como a ordem da procissão que ia da porta da cidade à Sé, os lugares ocupados e os gestos desempenhados pelos vários indivíduos nesse desfile, eram sinais da representação do seu poder, do seu lugar social, sendo que a figura central era, sem dúvida, a do prelado. Vimos igualmente como as pessoas se ajoelhavam à passagem do bispo e como este apenas o fazia face à cruz e ao altar do santíssimo sacramento. Vimos o cabido a ajoelhar-se aos pés do bispo e a beijar a sua mão, prova de fidelidade, respeito e submissão. Note-se a importância deste facto pois como se sabe as relações entre os cabidos e os bispos nem sempre foram as melhores. É interessante ver como na entrada do bispo do Algarve de que temos falado, o cabido o recebe com tanta admiração, sobretudo quando sabemos que cerca de dois anos depois estala um conflito entre as duas partes, a propósito da visita que o prelado devia fazer à Sé, que as leva a requererem a intervenção papal (56).

A função do rito seria assim a de dar a conhecer e a reconhecer uma diferença, a superioridade episcopal, e a afirmá-la como uma diferença social conhecida e reconhecida pelo agente investido, neste caso o bispo, e por todos os outros elementos de uma comunidade. Era como se através de uma acto de "magia social", para usar uma expressão de Pierre Bourdieu, um indivíduo visse consagrada uma condição que forçava os outros a terem para com ele determinados comportamentos e que o obrigava a ele a proceder igualmente de acordo com certos padrões (57).

(55) Cf. Lucas de Andrade, *ob. cit.*, p. 77.

(56) Ver ecos desta disputa através das cartas enviadas ao papa por - ambas as partes em Arquivo Secreto do Vaticano, *Visitae ad limina*, caixa nº 635 B, fis. não numerados.

(57) Seguimos aqui o sentido atribuído ao rito por Pierre Bourdieu, "Les rites comme actes d'institution", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 43, 1982, pp. 58-63

Em toda esta encenação de poder ocupam lugar de destaque e dela fazem parte, os signos do poder episcopal, nomeadamente a mitra, o anel, a cruz peitoral e o báculo⁽⁵⁸⁾. Eles são usados como sinais do poder e são dele indissociáveis. Por isso o bispo não faz a entrada na cidade sem previamente colocar a mitra preciosa, a cruz peitoral e o anel. O relevo maior, no entanto, é dado à mitra. É posta à entrada da cidade, é tirada em frente ao sacrário e à cruz no interior da Sé, mas é com a mitra posta que os capitulares beijam a mão do seu prelado, sendo que o bispo se dirige ao paço, no fim das cerimónias, já sem ela, entre outros actos que agora não recapitulamos. A quantidade de vezes que o bispo tira e põe a mitra é enorme e nesse jogo muita coisa é dita. A própria insistência na sumptuosidade da mitra preciosa é significativa da importância que lhe era conferida. Lucas de Andrade, ao descrever os trajes que um bispo devia preparar após a sua eleição, fala assim das mitras: "(...) huma delias a que o cerimonial chama preciosa de que usará nas solenidades, deve ser mui bordada e recheada de ouro com pedras preciosas, ou de prata tudo o que puder ser rica" (59).

Uma nota ainda para o pálio que podia ser usado por qualquer arcebispo, devendo no entanto pedir licença para o fazer ao papa, se bem que esta mercê também fosse concedida aos bispos. A partir das relações que estudámos verifica-se que, na prática, todos os bispos o usaram⁽⁶⁰⁾. O pálio era igualmente sinal de prestígio, desde logo detectado pelo facto de que nas relações das entradas se tende a discriminar quais as pessoas que o transportam, nomeando-as por seus nomes e acrescentando como era costume o pálio ser segurado por aqueles que desempenhavam determinadas funções. Na maior parte dos casos este privilégio estava destinado ao juiz de fora e aos vereadores.

As entradas episcopais constituíam um cerimonial que se apropriou de elementos e símbolos seculares de prestígio usando-os

(58) Sobre o uso dos signos do poder régio em vários actos públicos, ver Diogo Ramada Curto, "Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal", *ob. cit.*, pp. 259-261.

(59) Cf. Lucas de Andrade, *ob. cit.*, pp. 29-30, sublinhado nosso.

(60) Sobre as disposições de direito relativas ao uso do pálio ver Lucas de Andrade, *ob. cit.*, pp. 61-62. Um exemplo de um pedido de autorização para uso do pálio, no caso o feito por D. José de Bragança, arcebispo de Braga, pode ver-se em: Arquivo Secreto do Vaticano, *Acta Camerari Sacri Collegii S. R. E.*, vol. 32, fl. 16v.

em benefício da promoção da imagem episcopal. O desfile a cavalo, a edificação de arcos de triunfo, as guardas de honra militares e a própria ideia de entrada em si mesma filiam-se, sem dúvida, numa tradição secular e régia. Esta ideia, que se colhe nas próprias palavras usadas na descrição das entradas, no Algarve chama-se "cavalcata" à entrada do bispo, ao arcebispo D. Gaspar de Bragança, se bem que fosse filho bastardo de D. João V, dá-se-lhe "Sua Alteza" e Lucas de Andrade alcunha de "trono" a cadeira episcopal ⁽⁶¹⁾, havia já sido salientada por Ana Maria Alves, quando afirma que a partir do século XVII se assiste: "(...) a um processo de inversão dos rituais: agora é a Igreja que utiliza alguns dispositivos sumptuários monárquicos em benefício da sua própria imagem. Em Lisboa, por exemplo, erguem-se arcos triunfais para procissões solenes (no arco de Santa Catarina em 1588, em 1622 para a solenidade da canonização de Santo Inácio (...)). Por outro lado, os bispos procuram estabelecer o costume de entrar nas suas dioceses a cavalo e sob o pálio, o que lhes é negado pelo poder real" ⁽⁶²⁾.

A entrada a cavalo é um dos aspectos dessa importação de modas que terá inclusivé suscitado alguns atritos entre a coroa e o episcopado. Em Janeiro de 1611, o então rei de Portugal Filipe II, viu-se forçado a enviar uma provisão para a Câmara da cidade de Coimbra sobre esta matéria, fazendo-o provavelmente para todas as câmaras do reino. Nela referia que os bispos das dioceses, em virtude da publicação do novo cerimonial dos bispos, pretendiam instaurar o costume de entrar nas suas dioceses a cavalo e sob pálio, devendo este ser transportado pelos oficiais da governança, costume que, segundo o texto da provisão, era apenas aplicável à pessoa do rei. Adverte ainda todos os membros da vereação para que se escusem a receber os bispos desta forma ⁽⁶³⁾.

Continuamos a ter ecos desta dissensão através de um manuscrito não datado existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O seu teor é idêntico ao da provisão que acabamos de referenciar à excepção de dois pequenos detalhes. O primeiro, é a

⁽⁶¹⁾ Cf. J.F.M.M., *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo (...)*, ob. cit., p. 11; cf. *Notícia da magnifica entrada que o Sereníssimo Senhor D. Gaspar*, ob. cit., p. 4 e Lucas de Andrade, ob. cit., p. 94.

⁽⁶²⁾ Cf. Ana Maria Alves, ob. cit., p. 69.

⁽⁶³⁾ Cf. "Provisão de Sua Majestade por ele assinada sobre a entrada dos bispos", *Livro 2- da Correia*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958, p. 231.

afirmação de que só se devia impedir o uso da entrada a cavalo aos bispos mas que em tudo o mais se cumprisse o disposto no cerimonial e que, por isso, os oficiais da justiça régia deviam ir esperar os bispos fora de portas e recebê-los com toda a dignidade. O segundo, é o de se aludir ao facto das entradas a cavalo dos bispos D. Afonso Furtado de Mendonça na Guarda e de D. João Manuel em Viseu, para mostrar como elas não serviam de exemplo de uma entrada episcopal, pois o primeiro entrou igualmente na sua qualidade de governador do reino e o segundo como vice-rei ⁽⁶⁴⁾.

Esta situação acabou por se alterar durante o século XVIII. Existem algumas cartas régias, datadas de 1743, onde se ordena às câmaras que realizem recepções solenes dos bispos quando da sua primeira entrada na diocese, à imagem do que se fazia nas visitas do rei, postulando-se mesmo que o bispo devia ir a cavalo e os homens da governança deviam segurar o pálio, como na realidade vimos que sucedia ⁽⁶⁵⁾. Refira-se que esta alteração se dá numa altura em que as entradas régias já tinham caído em desuso, ou, pelo menos, tinham perdido muito do seu prestígio ⁽⁶⁶⁾.

Tal como o uso do cavalo, os arcos de triunfo têm a marca de uma cerimónia secular. Usados primordialmente para celebrar o regresso vitorioso dos exércitos imperiais romanos, tornaram-se mais tarde presença habitual nas entradas régias. Em Portugal, os primeiros de que há memória foram levantados no reinado de D. João III, em 1552, na cidade de Évora, para as festas de casamento do príncipe D. João e posteriormente, em 1571, na mesma cidade, uma figura não real viu pela primeira vez construir-se um arco do triunfo em sua homenagem. Referimo-nos ao legado papal, o cardeal Alexandrini ⁽⁶⁷⁾.

⁽⁶⁴⁾ Cf. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Varias observações ao cerimonial da entrada dos bispos e arcebispos nas suas dioceses ordenado pelo papa Clemente VIII*, Manuscrito nº 470, pp. 3-3v. Apesar de não datado, presumimos, pelo seu conteúdo, que este manuscrito deve ter sido escrito depois de 1610.

⁽⁶⁵⁾ Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Legislação Portuguesa*, vol. 13, nº 3, "carta régia ao Conde de Atalaia em de 27 de Fevereiro de 1743" e vol. 13, nº 4, "carta régia a Francisco Luís da Cunha e Ataíde chanceler da Relação do Porto, em 28 de Fevereiro de 1743".

⁽⁶⁶⁾ Para França, Lawrence Bryant afirma que este declínio começa no reinado de Luís XIV. Cf. Lawrence M. Bryant, *The king and the city ...*, *ob. cit.*, pp. 207-224.

⁽⁶⁷⁾ Cf. Ana Maria Alves, *ob. cit.*, p. 37.

Já dissemos como estes arcos proliferavam nas entradas dos bispos. A sua descrição, por vezes detalhada, presta-se a uma análise da simbologia das formas, signos, decorações e inscrições que continham, que aqui não temos oportunidade de aprofundar. Queremos, no entanto, salientar o significado que a transposição destes arcos teria de um ponto de vista simbólico. Arnold Van Gennep fala da existência de três momentos durante a realização de um qualquer rito, momentos esses que eram marcados pela realização de certos gestos. Ora os arcos do triunfo podem precisamente ser entendidos como uma porta que ao ser passada simbolizava a passagem de um estádio a outro ⁽⁶⁸⁾. Era como se por um acto mágico o bispo ao passar sobre eles consumasse a acto da sua entrada.

Um último elemento oriundo do mundo secular eram as guardas de honra militares que em nada tinham a ver com a figura do bispo. Em Miranda do Douro, o governador da praça chega a mandar um oficial seu ao palácio onde o bispo se encontrava, oferecendo-lhe as chaves da cidade e rogando-lhe que desse as ordens que achasse convenientes. O bispo, com cortesia, recusou, tendo no entanto ficado com uma companhia militar a fazer guarda à porta da sua residência ⁽⁶⁹⁾. Em todas as entradas os cortejos que se dirigiam para a Sé eram fechados pelos homens de armas da cidade e frequentemente o bispo, como se de militar se tratasse, passava revista às tropas, que lhe apresentavam armas e faziam continência.

As entradas eram meticulosamente organizadas, como se viu, e nelas cumpriam-se regras de cerimonial e etiqueta bastante precisas. Vejam-se as comitivas que vão receber o bispo, a ordem das várias pessoas na procissão, os indivíduos que desempenham certos actos, como o segurar do pálio ou do estribo do cavalo em que o bispo se desloca, as vestes que se usam em momentos diferenciados, os gestos que se representam na Sé, só para recordar alguns aspectos. Ora esta etiqueta e cerimonial não devem ser vistos como actos de ostentação, ou como actos passivos e sem significado. Norbert Elias mostrou-o primorosamente ao analisar a sociedade de corte. Diz ele, que mesmo num gesto quotidiano e aparentemente insignificante como o cerimonial do levantar do rei de França, Luís XIV, o rei usava os seus

⁽⁶⁸⁾ Sobre isto ver Arnold Van Gennep, *Les rites de passage. Étude systématique des rites*, Paris, A. & J. Picard, 1981, pp. 27-28. (A edição original é de 1909).

⁽⁶⁹⁾ Cf. *Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda(...)*, *ob. cit.*, p. 2.

gestos mais íntimos para reforçar as diferenças de posição social, para confirmar prestígios e conceder favores, ou para mostrar o seu desagrado ⁽⁷⁰⁾. Na realidade a etiqueta assumia nesta sociedade uma função simbólica de maior alcance. A mais pequena modificação do lugar atribuído a uma pessoa num cerimonial equivalia a uma alteração da sua posição social. E os indivíduos e até as instituições jogavam e sabiam jogar este jogo.

Tendo presente estes aspectos percebem-se com outros olhos certas particularidades das cerimónias e da sua narração, ou memória, que são dois dados indissociáveis. Compreende-se porque é que os narradores das entradas têm o cuidado de nomear quem executa certos gestos, como o levar o pálio, a rédea ou a cauda da capa do bispo. De facto, isso era muito importante para quem os levava, era o sinal de um lugar social para quem via. Compreende-se porque é que certos grupos mandavam erigir às suas custas arcos do triunfo para a entrada do bispo, como, por exemplo, os marinheiros de Faro. Compreende-se porque é que o bispo do Algarve, quando da sua passagem por Lagos, se alojou no palácio dos vice-reis e foi visitado por algumas das figuras mais ilustres do local. Isto mostra o poder do bispo, pelo espaço em que fica e pela manifestação que recebe, mas também o daqueles que o vão ver. Se esta visita deixa perceber deferência para com o bispo, era de igual modo significativa do prestígio que se tinha, que permitia chegar-se tão perto de uma figura de tanta importância. Compreende-se porque é que o bispo devia aspergir os membros do cabido por uma dada ordem e não outra, etc.

Os cerimoniais eram assim usados para mostrar, ou para dissimular, um certo poder. Por isso, não vimos nenhuma figura da Inquisição a aparecer nas recepções aos bispos, onde logicamente teriam que ocupar uma posição inferior à deste, da mesma forma que, como revelou Francisco Bethencourt, os bispos procuravam não aparecer em manifestações públicas do Santo Ofício, como aos autos da fé, onde tinham um lugar subalterno ⁽⁷¹⁾.

A tentativa de interpretação destas cerimónias ficaria incompleta se não referíssemos como elas tinham significados diferentes e sugeriam interpretações diversas aos indivíduos e grupos que nelas

⁽⁷⁰⁾ Cf. Norbert Elias, *ob. cit.*, p. 57 ss.

⁽⁷¹⁾ Cf. Francisco Bethencourt, *ob. cit.*, p. 456. O facto de analisarmos cerimoniais do século XVIII, altura em que, segundo Francisco Bethencourt, a Inquisição já havia perdido algum do prestígio que tinha tido, não desvirtua, a nosso ver, esta interpretação.

participavam. Os sistemas de signos, de símbolos, em suma os vários elementos que compunham estas recepções eram de enorme variedade e multiplicidade, pelo que se prestavam a uma heterogénea quantidade de interpretações pelos indivíduos de condições sociais e culturais diferentes que as viviam ⁽⁷²⁾.

Para os bispos as entradas eram um momento de reconhecimento do seu prestígio e uma forma de avaliação da sua receptividade por parte dos diferentes estratos da população diocesana. Para os membros do cabido, numa altura em que os poderes episcopais se reforçavam, estas cerimónias podiam ter o cariz amargo de quem tem que mostrar submissão quando pretendia mostrar privilégios antigos. Para aqueles com cargos de importância na vereação, na vida militar e judicial das localidades, eram sem dúvida momentos que serviam para afirmar o lugar social que se tinha. Para a generalidade do povo eram tempos de descompressão propiciados pelo olhar das grandezas, pelos momentos de festa e pela esperança de uma esmola.

Esta diversidade de significados atribuídos à cerimónia consoante a posição de cada um era verdade para a cerimónia no seu todo, como para os vários elementos que a compunham.

Para um anónimo representante do povo não seria de grande relevo quem levava ou não o pálio, ou segurava a rédea do cavalo do prelado. No entanto, esta posição era decerto invejada por muitos elementos da nobreza, ou dos estratos mais abastados do terceiro estado. Do mesmo modo, os "populares" teriam dificuldades em entender o simbolismo e até os dizeres que figuravam nos arcos do triunfo que se erigiam, captando deles apenas a noção de grandeza e poder daqueles a quem eram dedicados.

Por seu lado, para a nobreza e magistratura locais, a distribuição de esmolas que o bispo realizava era um tempo menor da festa, que até talvez os colocasse numa situação de embaraço.

Poucos dariam atenção ao facto de o deão da Sé ao dar o hissopo ao bispo para ele se aspergir estar vestido de uma certa forma. Mas o bispo, se ele não estivesse conforme o cerimonial ordenava, recusar-se-ia a receber o hissopo das suas mãos. Por sua vez, todos os capitulares estariam particularmente atentos à ordem pela qual o bispo os aspergia com água benta, ou à ordem que se

(72) Esta linha de leitura da festa foi também referida por Jean Jacquot, *ob. cit.*, p. 49.

observava durante o beija-mão do prelado, quando para os restantes membros presentes a estes actos isso teria um significado quase nulo.

As entradas episcopais que acabam de se analisar ocorreram de igual modo em períodos anteriores ao estudado. O certo, é que, se exceptuámos o caso da entrada de D. Rodrigo da Cunha em Braga, poucas são as descrições conhecidas destes actos. Isso de algum modo impossibilita um estudo evolutivo dos cerimoniais, que seria particularmente interessante se efectuado para épocas anteriores à publicação do *Cerimonial* de Clemente VIII.

Por outro lado, estas entradas por certo não se limitaram ao espaço português. Não nos esqueçamos que elas eram reguladas por um texto que se destinava a todos os territórios da Igreja Católica. Seria pois importante saber até que ponto a forma e ênfase dado a estas cerimónias no Portugal dos meados do século XVIII, constituíu uma especificidade portuguesa ou foi antes um aspecto comum a toda a Europa católica. Estes são rumos possíveis de futuras pesquisas.

Concluindo, diremos que as entradas episcopais realizadas com insistência nos meados do século XVIII, confirmando de algum modo o carácter cerimonial e ritual (por vezes dito barroco) do reinado de D. João V, foram usadas como forma de manifestação e afirmação de um poder que, em virtude de conflitos entre aquele monarca e a Santa Sé, em algumas dioceses tinha estado ausente durante algumas décadas.

Eram cerimónias que marcavam um tempo de descompressão e festa na vida das cidades, que durante um largo período se agitavam na sua preparação. A riqueza das trajes, os coches e liteiras preparados a gosto, os cavalos de cores diversas, os arcos do triunfo, os palanques ricamente ornados, os entusiasmantes fogos de artifício, as luminárias que transformavam "a noite em dia" e naturalmente a variedade, multiplicidade e importância das pessoas envolvidas eram aspectos que com dificuldade o tempo esvanecia. As relações que destas celebrações posteriormente se faziam funcionavam como um reflexo dos cerimoniais e ao mesmo tempo pautavam e disciplinavam os actos subsequentes.

Para lá dos múltiplos significados que poderiam ter para aqueles que nelas participavam, eram cerimónias que assinalavam o poder episcopal e que, pelo seu brilho e magnificência, ficavam na memória de todos os que a elas assistiam, cumprindo desse modo uma missão importante do ponto de vista do enraizamento da noção da dignidade episcopal. Eram, de facto, um cerimonial de encenação de poder.

Lista das relações usadas

- J.F.M.M.- *Relaçam da magnificencia pompa e aplauso corn que foi recebido pelos seus diocesanos o Excelentíssimo e Reverendissimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo ex-arcebispo primaz de Goa, bispo de todo o reyno do Algarve (...), Lisboa, Pedro Ferreira, 1753. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 453).*
- CUNHA, Luís Antonio Rosado da- *Relação da entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente anno de 1747 (...), Rio de Janeiro, António Isidoro da Fonseca, 1747. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 5129).*
- Noticia da magnifica entrada que o Serenissimo Senhor D. Gaspar, arcebispo primaz das Hespanhas, deo na cidade de Braga no dia vinte e outo de Outubro do prezente anno. E se refere também as grandes festas que alli se fizerão com este motivo, Lisboa, Francisco Borges de Sousa, 1759. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 5135).*
- Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda fez o Excelentíssimo e Reverendissimo Senhor D. Diogo Marques Mourato (...), Porto, Prototypa Episcopal, 1742. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 431).*
- Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743, o Excelentíssimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora (...), Porto, Oficina Prototypa, 1743. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 7350).*
- Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança arcebispo Primaz fez na cidade de Braga aos 23 de Julho de 1741, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 1553).*
- Relação da solennissima e muyto plauzivel entrada que fez o Excelentíssimo Senhor Bispo Conde para o seu palácio especial desta cidade de*

Coimbra, em 11 de Junho de 174-1, Coimbra, Luís Seco Ferreira, 1741. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 1732)

Relação da viagem e entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa sagrado bispo de Malaca e terceiro bispo do Grão Pará para esta sua diocese, Lisboa, Manuel Soares, 1749. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, miscelânea nº 455).

Relação do recebimento e festas que sefizerão na Augusta cidade de Braga à entrada do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo e senhor dela, primaz das Hespanhas, Braga, Fructuoso Lourenço de Basto, 1627. (Um exemplar desta obra pode encontrar-se na British Library and Museum em Londres).